



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

1

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2025
CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ E
JOSE MARIO DOS SANTOS

O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sita a Av. Silvio Sanson, nº 1135, Centro, Guaporé-RS, inscrita no CNPJ sob nº 87.862.397/0001-09, neste ato representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ODAIR ANDRÉ ROSSETTO**, doravante denominado **CONTRATANTE JOSE MARIO DOS SANTOS**, empresa inscrita no CNPJ sob nº **58.851.269/0001-61**, estabelecida na Rua Jose Antonio Chanan, nº 60, Bairro Porto XV, na cidade de Encantado/RS, CEP: 95.960-000, telefone: (51) 99707-7661, e-mail: santos.zemario@gmail.com, doravante designada **CONTRATADA**, considerando o Processo de Dispensa de licitação por Justificativa nº 358/2025, vinculada ao **PROCESSO Nº 672/2025**, homologado em 27 de junho de 2025, firmam o presente instrumento particular de Contrato, constante das seguintes cláusulas, nos termos e condições a seguir definidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL COM INÍCIO PREVISTO PARA MARÇO DE 2025 E TÉMINO PREVISTO PARA JULHO DE 2025, NAS DEPENDÊNCIAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL ALBINO PASQUALI E ESTÁDIO MUNICIPAL ERNESTO DORNELES, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº7868 /2025, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025.**

1.2. Especificação detalhada do objeto:

| ITEM | QTD | UN | DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS | VAL. UN | VAL. TOTAL |
|------|-----|----|--|----------|------------|
| 1 | 10 | JG | Serviço de arbitragem para a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo, com início previsto para março de 2025 e término previsto para julho de 2025, nas | 1.300,00 | 13.000,00 |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

2

| | | | | | |
|--------------|--|--|--|--|-----------|
| | | | dependências do Estádio Municipal Albino Pasquali e Estádio Municipal Ernesto Dorneles | | |
| TOTAL | | | | | 13.000,00 |

1.3. É de responsabilidade da CONTRATADA as despesas com o transporte, bem como todos os encargos e tributos incidentes à execução do objeto.

1.4. A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

1.5. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

1.6. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

1.7. O CNPJ da CONTRATADA constante na nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

1.8. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

1.9.1. Para a execução do objeto, a contratada deverá:

a) prestar serviço de arbitragem para a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo;

b) Fiscalizar jogos para a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo;

c) A execução do objeto deverá ser efetuada durante o Campeonato Municipal de Futebol de Campo, nas dependências do Estádio Municipal Albino Pasquali, localizado na Rua Padre Aldo Bortoncello, 75 - São Cristóvão e Estádio Municipal Ernesto Dorneles, localizado na Av. Silvio Sanson, 1528, Guaporé - RS, 99200-000, com realização entre março de 2025 e término previsto para julho de 2025, conforme orientações pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, sendo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

3

1.9.2. A execução do serviço de arbitragem será realizada em até 60 jogos.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é **até o dia 30 de agosto de 2025**, a contar da data da assinatura do mesmo, **iniciando em 27 de junho de 2025**.

2.2. A execução do serviço de arbitragem será realizada **em até 60 jogos**, no Município de Guaporé/RS.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O presente contrato possui o valor total de **R\$ 13.000,00 (treze mil reais)**, em conformidade com a proposta adjudicada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor correspondente ao objeto, conforme nota Fiscal, observado o preço cotado na proposta.

5.2. O pagamento será realizado em até 30 dias, por partida, após a execução de cada rodada mediante apresentação de documento fiscal, o qual será recebido e atestado pelo fiscalizador, e se tudo estiver em acordo com o pactuado haverá o encaminhamento para procedimento de liquidação e pagamento, através de depósito na seguinte conta bancária da CONTRATADA:

*Banco Sicredi: 748



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

4

*Agência: 0136

*Conta Corrente: 74419-5

*Chave PIX: 58.851.269/0001-61

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, por meio de gestor, fiscal e suplente a seguir indicados:

- **Gestor:** Marcia Pez
- **Fiscal:** Vitor Henrique Tirapelli
- **Suplente:** Marcos Scalco

6.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e neste Contrato.

6.7. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

6.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

5

7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

7.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

7.1.4. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

7.1.5. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

7.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.1.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.1.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

7.1.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

6

7.1.10. A contratada deverá disponibilizar, para todos os jogos, uma equipe de arbitragem composta por dois árbitros principais, dois bandeirinhas e um quarto árbitro, sendo que todos os profissionais devem ter entre 18 e 48 anos de idade, ficando vedada a participação de árbitros locais na realização do serviço.

7.2. São obrigações dos árbitros na execução do objeto:

- a) respeitar as regras de cada modalidade;
- b) dispensar aos atletas o tratamento urbano e que promova o espírito esportivo;
- c) comunicar à contratante quaisquer intercorrências que fujam a sua alçada a fim de que possam ser tomadas as mediadas para sua correção.

7.3. Da qualificação profissional:

7.3.1. Os árbitros deverão ser federados e apresentar a referente certificação nas modalidades de futebol.

7.4. A Contratada, além do fornecimento de mão de obra, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatadas, obriga-se a:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) Manter disciplina nos locais de serviço;
- c) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução de serviços em perfeitas condições de uso e identificados.
- d) Disponibilizar aos seus empregados os EPIS necessários para manter a segurança no trabalho prestado;
- e) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias a atendimento de seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, enviando um substituto em caso de impossibilidade dos mesmos;
- f) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Secretaria Municipal Solicitante;
- g) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

7

h) Fornecer utensílios utilizados nas atividades de obrigação da contratada e identificar os funcionários (crachá e/ou uniforme) que executarão os serviços;

i) Responsabilizar-se pela manutenção do patrimônio público que utilizar;

j) Uso de uniforme para identificação.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.5. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento do item 10.6, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

8

8.8.1. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

8.8.2. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

8.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.10. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

9

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

9.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

10

9.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

11

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

10.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
- c) Indenizações e multas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

12

10.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

10.6. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

10.7. Quando da extinção, o fiscal ou o gestor deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

10.8. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

I. a garantia contratual (quando houver) prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

II. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

10.9. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

10.10. O contratante poderá ainda:

I. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

II. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

13

10.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês.

11.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação onerarão as seguintes dotações orçamentárias:

08.06 - 2.048 - Manutenção e Incentivo ao Desporto Amador

3.3.90.39.05.00.00 - Serviços Técnicos Profissionais - 7010

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de impostos

Desdobramento da Fonte: 001 – Recurso Livre Adm. Direta Mun.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

14

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA

14.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, através de, no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica das respectivas modalidades emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

14.1.1. Os documentos deverão ser assinados e conter o carimbo do CNPJ da entidade contratante, contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações:

a. Nome da empresa contratante, CNPJ, endereço completo com telefone, nome e cargo do signatário do atestado;

b. Nome da empresa contratada;

c. Data de emissão do atestado;

d. Modalidades arbitradas e tipo do evento. No atestado deverá conter:

c. Nome do profissional

e. Modalidade

f. Função: Árbitro, árbitro assistente, mesário, ou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

15

g. Nº do documento de identidade:

I. Relação dos árbitros que irão prestar o serviço, juntamente com os Certificados de Conclusão do curso na Federação específica da modalidade, sendo o mínimo de oficiais de arbitragem listados abaixo:

a) Apresentar no mínimo 01 (um) Certificado de Profissional que tenha de Organização de Eventos Esportivos.

b) Apresentar Declaração (documento original) do Titular do Diploma, ou certificado que afirme sua disponibilidade em arbitrar os Jogos do Campeonato Municipal de Futebol de Campo.

II. Listagem contendo o nome dos profissionais e os respectivos documentos, para cada item conforme segue:

a) Apresentar no mínimo 04 (quatro) certificados de árbitros pertencentes aos quadros da Liga Gaúcha de Futebol de Campo, juntamente com declaração reconhecida em cartório pelo árbitro autorizando o uso do certificado e atestado que presta serviços para a empresa licitante. Será de responsabilidade da Empresa Contratada a confecção de súmulas a serem utilizados na Competição e, também, a encadernação do Regulamento e tabelas de jogos.

b)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. As partes elegem como competente o Foro da Comarca de Guaporé/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em vias de igual teor e na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

Guaporé/RS, de 27 de junho de 2025.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

16

JOSE MARIO DOS SANTOS
CONTRATADO

ODAIR ANDRÉ ROSSETTO
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

LUIZ CARLOS FAVA
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/RS 73.614



MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISIÇÃO Nº 748/2025

Município de Guaporé/RS.

Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte de Guaporé/RS.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

17

A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte vem solicitar liberação de recursos para a contratação dos serviços abaixo relacionados para a realização dos Campeonato Municipal de Futebol de Campo, **com início previsto para março de 2025 e término previsto para julho de 2025, nas dependências do Estádio Municipal Albino Pasquali e Estádio Municipal Ernesto Dorneles,**

| ITEM | QTD | UN | | DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS | VAL. UN | VAL. TOTAL |
|------|-----|----|-------|---|----------------|---------------|
| 1 | 10 | JG | 64349 | Serviço de arbitragem para a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo, com início previsto para março de 2025 e término previsto para julho de 2025, nas dependências do Estádio Municipal Albino Pasquali e Estádio Municipal Ernesto Dorneles | 1,300,00 00 | 13,000,0000 |

| | | | | | | |
|-------|--|--|--|--|--|-----------|
| TOTAL | | | | | | 13.000,00 |
|-------|--|--|--|--|--|-----------|

conforme **DECRETO MUNICIPAL Nº7868 /2025, DE 04 DE Fevereiro DE 2025.**

2. FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Justifica-se a contratação direta, por **dispensa de licitação**, dos serviços de arbitragem para a realização do **Campeonato Municipal de Futebol de Campo de 2025**, diante da necessidade imediata de garantir a continuidade da competição e assegurar o fiel cumprimento das regras do esporte, promovendo partidas seguras, organizadas e justas. A contratação se faz necessária, especialmente, em virtude da constatação de **violação aos termos contratuais** anteriormente pactuados com a empresa **Teutônia Arbitragem Ltda.**, conforme consta no Parecer referente ao Contrato Administrativo nº 27/2025. Tal situação comprometeu diretamente o princípio da eficiência da administração pública, gerando impacto negativo na regular execução do objeto contratual, o que motivou a recomendação de instauração de **Processo Administrativo Especial** para apuração de responsabilidades e eventual aplicação de penalidades à empresa. Diante da **urgência** na retomada da prestação dos serviços de arbitragem e considerando o cronograma do campeonato já em andamento, torna-se inviável o emprego da modalidade licitatória convencional, como o pregão eletrônico, o que justifica a adoção da **dispensa de licitação com base no art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, respeitando os princípios da legalidade, razoabilidade, interesse público e continuidade do serviço. A arbitragem é elemento fundamental para a legitimidade e bom andamento dos jogos, sendo imprescindível a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

18

contratação de equipe qualificada e comprometida, a fim de preservar o espírito esportivo, a segurança dos atletas e o respeito às normas vigentes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Considerando o conjunto de todos os elementos de forma integrada que compõem o presente Termo de Referência, se espera que a solução pretendida atenda de forma eficiente e eficaz todas as necessidades da demanda, ou seja: que a contratação do referido serviço de arbitragem para a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo de 2025 possa permitir o zelo do espaço e dos atletas. A importância de uma arbitragem qualificada para campeonatos municipais é inquestionável, dada a grande influência que os oficiais de jogo têm sobre o resultado final. Os árbitros são responsáveis por garantir que as regras do jogo sejam seguidas à risca, ajudando a manter um padrão de fair play e respeito entre os jogadores. **Portanto, com profissionais adequadamente treinados e experientes, diminui-se a possibilidade de que decisões equivocadas os influenciem no placar, preservando a justiça na competição. Espera-se como resultado um jogo bem arbitrado. Isto é especialmente relevante em campeonatos municipais, que são um importante ponto de encontro e entretenimento para a comunidade local.**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO:

O serviço tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos

do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. **Fica expressamente vedada a subcontratação.**

5. DA DATA DA COMPETIÇÃO E CRONOGRAMA

Informamos para os devidos fins que o Campeonato Municipal de Futebol de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

19

Campo de 2025 terá sua realização entre março de 2025 e término previsto para julho de 2025, nas dependências do Estádio Municipal Albino Pasquali e Estádio Municipal Ernesto Dorneles. **Em função dos motivos já explicados, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, com antecedência mínima de 10 dias do início do campeonato, após o fim das inscrições das equipes, enviará à contratada a relação de jogos, datas e equipes que participarão da competição.**

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

Para a execução do objeto, a contratada deverá:

- A. prestar serviço de **ARBITRAGEM** para a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo;
- B. **FISCALIZAR JOGOS** para a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo;
- C. A execução do objeto deverá **ser efetuada durante o Campeonato Municipal de Futebol de Campo**, nas dependências do Estádio Municipal Albino Pasquali, localizado na Rua Padre Aldo Bortoncello, 75 - São Cristovao e Estádio Municipal Ernesto Dorneles, localizado na Av Silvio Sanson, 1528, Guaporé - RS, 99200-000, **com realização entre março de 2025 e término previsto para julho de 2025**, conforme orientações pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, sendo:
 - **A execução do serviço de arbitragem será realizada em até 60 jogos.**

6.1 SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÁRBITROS NA EXECUÇÃO DO OBJETO:

- a) respeitar as regras de cada modalidade;
- b) dispensar aos atletas o tratamento urbano e que promova o espírito esportivo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

20

c) comunicar à contratante quaisquer intercorrências que fujam a sua alçada a fim de que possam ser tomadas as mediadas para sua correção.

6.2 DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA)

Os árbitros deverão ser federados e apresentar a referente certificação nas modalidades de futebol.

6.3 DO NÚMERO DE PARTIDAS, CARACTERSTICA E QUANTIA DE ARBITRAGEM

- A contratada deverá apresentar em todos os jogos em sua equipe de arbitragem: **02 (dois) árbitros principais, 02 (dois) bandeirinhas, 01 (um) quarto árbitro.**
- Os árbitros deverão ter a idade entre 18 anos até 48 anos.
- Fica proibida a realização do serviço por árbitros locais.

6.4 DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA

A) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, através de, no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica das respectivas modalidades emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

- Os documentos deverão ser assinados e conter o carimbo do CNPJ da entidade contratante, contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- Nome da empresa contratante, CNPJ, endereço completo com telefone, nome e cargo do signatário do atestado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

21

- * Nome da empresa contratada;
- * Data de emissão do atestado;
- * Modalidades arbitradas e tipo do evento.

No atestado deverá conter:

- *Nome do profissional
- *Modalidade
- *Função: Árbitro, árbitro assistente, mesário, ou...
- *Nº do documento de identidade:

Relação dos árbitros que irão prestar o serviço, juntamente com os Certificados de Conclusão do curso na Federação específica da modalidade, sendo o mínimo de oficiais de arbitragem listados abaixo:

-Apresentar no mínimo 01 (um) Certificado de Profissional que tenha de Organização de Eventos Esportivos.

-Apresentar Declaração (documento original) do Titular do Diploma, ou Certificado que afirme sua disponibilidade em arbitrar os Jogos do Campeonato Municipal de Futebol de Campo.

B) Listagem contendo o nome dos profissionais e os respectivos documentos, para cada item conforme segue:

-Apresentar no mínimo 04 (quatro) certificados de árbitros pertencentes aos quadros da Liga Gaúcha de Futebol de Campo, juntamente com declaração reconhecida em cartório pelo árbitro autorizando o uso do certificado e atestado que presta serviços para a empresa licitante. Será de responsabilidade da Empresa Contratada a confecção de súmulas a serem utilizados na Competição e, também, a encadernação do Regulamento e tabelas de jogos.

6.5 DEMAIS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

22

A Contratada, além do fornecimento de mão de obra, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatadas, obriga-se a:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) Manter disciplina nos locais de serviço;
- c) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução de serviços em perfeitas condições de uso e identificados.
- d) Disponibilizar aos seus empregados os EPIS necessários para manter a segurança no trabalho prestado;
- e) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias a atendimento de seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, enviando um substituto em caso de impossibilidade dos mesmos;
- f) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Secretaria Municipal Solicitante;
- g) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- h) Fornecer utensílios utilizados nas atividades de obrigação da contratada e identificar os funcionários (crachá e/ou uniforme) que executarão os serviços;
- i) Responsabilizar-se pela manutenção do patrimônio público que utilizar;
- j) Uso de uniforme para identificação.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO:

A gestão será realizada pela Sra. Marcia Pez e a fiscalização do objeto contratado será realizada pelo Sr. Vitor Henrique Tirapelli. O suplente será o Sr. Marcos Scalco.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

O pagamento será realizado em até 30 dias, por partida, após a execução



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

23

de cada rodada mediante apresentação de documento fiscal, o qual será recebido e atestado pelo fiscalizador, e se tudo estiver em acordo com o pactuado haverá o encaminhamento para procedimento de liquidação e pagamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO FORNECEDOR:

O critério de julgamento para escolha do fornecedor será **O MENOR PREÇO, tendo em vista a necessidade de padronização do serviço.**

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor estimado através dos orçamentos para a presente compra é de **R\$ 13.000,00 (TREZE mil reais)**. O valor tem por base **orçamentos anexos**.

Guaporé/RS, 23 de junho de 2025.

Marcia Pez
Secretária de Turismo, Cultura e Esporte de Guaporé/RS